

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	16
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	40
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	41

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,09618
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Dividendo		Ordinária		0,06491
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,06491
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,06491
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,09618
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,09618
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2014	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.383.304	1.336.353
1.01	Ativo Circulante	117.090	53.634
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	90.451	22.660
1.01.03	Contas a Receber	18.984	18.307
1.01.03.01	Clientes	559	683
1.01.03.01.01	Concessionárias	559	683
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.425	17.624
1.01.03.02.01	Rendas a receber	18.425	17.624
1.01.04	Estoques	4.308	4.160
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.788	8.492
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.788	8.492
1.01.07	Despesas Antecipadas	558	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1	15
1.01.08.03	Outros	1	15
1.01.08.03.02	Outros créditos	1	15
1.02	Ativo Não Circulante	1.266.214	1.282.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	461	453
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	461	453
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	461	451
1.02.01.09.04	Outros créditos	0	2
1.02.03	Imobilizado	1.240.776	1.256.876
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.206.564	1.219.312
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	34.212	37.564
1.02.04	Intangível	24.977	25.390
1.02.04.01	Intangíveis	24.977	25.390
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	11.985	12.309
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	531	416
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	12.461	12.665

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.383.304	1.336.353
2.01	Passivo Circulante	111.817	73.721
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.743	1.988
2.01.01.01	Obrigações Sociais	383	313
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.360	1.675
2.01.02	Fornecedores	1.562	3.708
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.562	3.708
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.517	9.803
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.515	9.725
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.502	0
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	2.013	9.725
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	12
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	66
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	21.014	10.637
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	21.014	10.637
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.014	10.637
2.01.05	Outras Obrigações	69.799	43.209
2.01.05.02	Outros	69.799	43.209
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	64.276	38.167
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.131	4.057
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	1.006	559
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	386	426
2.01.06	Provisões	3.182	4.376
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	37	37
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	37	37
2.01.06.02	Outras Provisões	3.145	4.339
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.145	4.339
2.02	Passivo Não Circulante	143.944	146.418
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	77.955	77.073
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	77.955	77.073
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	77.955	77.073
2.02.02	Outras Obrigações	41.072	41.315
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	98	86
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	81	86
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	17	0
2.02.02.02	Outros	40.974	41.229
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	0	368
2.02.02.02.05	Uso do bem público	40.974	40.861
2.02.03	Tributos Diferidos	9.467	13.418
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.467	13.418
2.02.04	Provisões	15.450	14.612
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.747	7.167
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	73	68
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	774	698
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.900	6.401

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.02	Outras Provisões	7.703	7.445
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.703	7.445
2.03	Patrimônio Líquido	1.127.543	1.116.214
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	271.123	297.232
2.03.04.01	Reserva Legal	30.690	30.690
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	145.864	137.848
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	34.125
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.569	94.569
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	37.437	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	51	50

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	51.188	102.471	49.064	98.192
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.677	-24.603	-11.868	-23.131
3.02.01	Custo do serviço de energia elétrica	-539	-957	-454	-821
3.02.02	Custo de operação	-11.138	-23.646	-11.414	-22.310
3.03	Resultado Bruto	39.511	77.868	37.196	75.061
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.742	-9.388	-4.149	-8.355
3.04.01	Despesas com Vendas	16	16	11	11
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.700	-9.318	-4.597	-8.222
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.596	-9.119	-4.473	-7.977
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-104	-199	-124	-245
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-58	-86	437	-144
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.769	68.480	33.047	66.706
3.06	Resultado Financeiro	-823	-12.093	-5.943	-13.030
3.06.01	Receitas Financeiras	1.514	2.286	605	678
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.337	-14.379	-6.548	-13.708
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	33.946	56.387	27.104	53.676
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.280	-18.950	-9.208	-17.732
3.08.01	Corrente	-11.621	-22.901	-11.059	-22.325
3.08.02	Diferido	341	3.951	1.851	4.593
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.666	37.437	17.896	35.944
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.666	37.437	17.896	35.944
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01474	0,02435	0,01164	0,02338
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01474	0,02435	0,01164	0,02338

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	22.666	37.437	17.896	35.944
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1	1	2	2
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	1	1	3	3
4.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	0	0	-1	-1
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.667	37.438	17.898	35.946

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	69.722	56.341
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	88.001	86.571
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.387	53.676
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	-16	-11
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	18.442	18.535
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	14	37
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.017	4.610
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	2.106	1.955
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	77	106
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	587	966
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	-936	-535
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	3.242	6.347
6.01.01.16	Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	440	899
6.01.01.17	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	0	-1
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-359	-13
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.279	-30.230
6.01.02.01	Concessionárias	140	-15
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-415	-449
6.01.02.03	Rendas a receber	-801	5.155
6.01.02.04	Estoques	-148	21
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	-10	190
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-558	-385
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	16	30
6.01.02.08	Fornecedores	-2.146	-2.899
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-4.139	-9.113
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	0	4
6.01.02.11	Obrigações estimadas com pessoal	-245	-1.063
6.01.02.12	Encargos regulamentares e setoriais	-361	-563
6.01.02.13	Provisões	-83	-179
6.01.02.14	Uso do bem público	-1.919	-1.814
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-40	136
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-7.570	-19.286
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.943	-2.027
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-1.943	-2.027
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	12	-400
6.03.01	Partes relacionadas	12	-399
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	0	-1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	67.791	53.914
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.660	6.023
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	90.451	59.937

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	297.232	0	50	1.116.214
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	297.232	0	50	1.116.214
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-34.126	0	0	-34.126
5.04.09	Dividendo adicional aprovado	0	0	-34.126	0	0	-34.126
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.437	1	37.438
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.437	0	37.437
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1	1
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	1	1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.017	0	0	8.017
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	8.017	0	0	8.017
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	271.123	37.437	51	1.127.543

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	804.459	14.473	290.607	0	0	1.109.539
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	254	-268	-254	-268
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	804.459	14.473	290.861	-268	-254	1.109.271
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-31.751	0	0	-31.751
5.04.09	Dividendo adicional aprovado	0	0	-31.751	0	0	-31.751
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.944	2	35.946
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.944	0	35.944
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2	2
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	3	3
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-1	-1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	804.459	14.473	259.110	35.676	-252	1.113.466

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/06/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	116.028	111.321
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	114.050	109.283
7.01.02	Outras Receitas	19	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.943	2.027
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	16	11
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.816	-9.728
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-293	-125
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.498	-7.230
7.02.04	Outros	-2.025	-2.373
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-761	-771
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-1.264	-1.602
7.03	Valor Adicionado Bruto	104.212	101.593
7.04	Retenções	-18.442	-18.585
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.442	-18.585
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	85.770	83.008
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.286	678
7.06.02	Receitas Financeiras	2.286	678
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	88.056	83.686
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	88.056	83.686
7.08.01	Pessoal	5.181	4.559
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.073	3.506
7.08.01.02	Benefícios	812	758
7.08.01.03	F.G.T.S.	296	295
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.889	29.313
7.08.02.01	Federais	30.865	29.179
7.08.02.02	Estaduais	24	85
7.08.02.03	Municipais	0	49
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.549	13.870
7.08.03.01	Juros	14.379	13.708
7.08.03.02	Aluguéis	170	162
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	37.437	35.944
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	37.437	35.944

Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE ABRIL A JUNHO DE 2014 E 1º SEMESTRE DE 2014 (*)**

(*)Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902.5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180.5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luiz Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luiz Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES**PRINCIPAIS INDICADORES**

DESCRIÇÃO	unidade	SalDOS		
		6M14	12M13	Var. %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.383.304	1.336.353	3,5%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.127.543	1.116.214	1,0%
Dívida líquida	R\$ mil	8.518	65.051	-86,9%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,01	0,06	-87,0%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,05	0,40	-87,0%

RESULTADOS	unidade	2º Trimestre			Acumulado		
		2T14	2T13	Var. %	6M14	6M13	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	51.188	49.064	4,3%	102.471	98.192	4,4%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	-15.815	-15.497	2,1%	-32.872	-30.521	7,7%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-604	-520	16,2%	-1.119	-965	16,0%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	34.769	33.047	5,2%	68.480	66.706	2,7%
EBITDA	R\$ mil	43.972	42.315	3,9%	86.902	85.241	1,9%
Resultado financeiro	R\$ mil	-823	-5.943	-86,2%	-12.093	-13.030	-7,2%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	33.946	27.104	25,2%	56.387	53.676	5,1%
Lucro líquido	R\$ mil	22.666	17.896	26,7%	37.437	35.944	4,2%
Margens							
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	85,90%	86,24%	-0,3 p.p.	84,81%	86,81%	-2,0 p.p.
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	44,28%	36,47%	+7,8 p.p.	36,53%	36,61%	-0,1 p.p.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 2T14, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 11.0 GWh, 1.2% superior quando comparado a 10.9 GWh registrado no mesmo período do ano anterior devido a vazão afluyente ter sido superior no 2T14.

No acumulado do ano, a UHE Lajeado gerou 27.3 GWh 6.8% superior comparado a 25.6 GWh do 1º semestre de 2013 em função do cenário hidrológico favorável, impactando em uma maior disponibilidade de água nos primeiros meses de 2014. Frente a este cenário, o ONS despachou mais energia na usina UHE Lajeado quando comparado ao mesmo período de 2013.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Demonstração do Resultado do Período	2T14	2T13	var. %	6M14	6M13	var. %
Receita operacional bruta	56.975	54.606	4,3%	114.050	109.283	4,4%
(-) Deduções à receita operacional	-5.787	-5.542	4,4%	-11.579	-11.091	4,4%
(=) Receita operacional líquida	51.188	49.064	4,3%	102.471	98.192	4,4%
Gastos não gerenciáveis	-604,0	-520,0	16,2%	-1.119	-965	16,0%
Energia elétrica comprada para revenda	-191	-108	76,9%	-266	-121	119,8%
Encargos de uso da rede elétrica	-348	-346	0,6%	-691	-700	-1,3%
Outros gastos não gerenciáveis	-65	-66	-1,5%	-162	-144	12,5%
Margem bruta	50.584	48.544	4,2%	101.352	97.227	4,2%
Gastos gerenciáveis	-6.612	-6.229	6,1%	-14.450	-11.986	20,6%
Pessoal	-2.765	-2.660	3,9%	-5.776	-4.887	18,2%
Materiais e serviços de terceiros	-3.380	-3.223	4,9%	-7.672	-5.699	34,6%
Arrendamentos e aluguéis	-93	-51	82,4%	-165	-150	10,0%
Provisões e contingências	16	82	-80,5%	85	-421	-120,2%
Outros gastos gerenciáveis	-390	-377	3,4%	-922	-829	11,2%
EBITDA	43.972	42.315	3,9%	86.902	85.241	1,9%
Depreciação e amortização	-9.203	-9.268	-0,7%	-18.422	-18.535	-0,6%
Resultado financeiro	-823	-5.943	-86,2%	-12.093	-13.030	-7,2%
Imposto de renda e contribuição social	-11.280	-9.208	22,5%	-18.950	-17.732	6,9%
Lucro líquido	22.666	17.896	26,7%	37.437	35.944	4,2%

A **Receita Operacional Líquida**, composta de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 51.2 milhões no 2T14, superior em 4.3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 2.1 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. No acumulado do ano, a receita operacional líquida foi de R\$ 102.5 milhões, 4.4% superior frente ao 6M13.

Comentário do Desempenho

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram R\$ 604 mil no segundo trimestre do ano de 2014, acréscimo de 16.2% quando comparado aos R\$ 520 mil no mesmo período do ano anterior em função, principalmente, da energia elétrica comprada para revenda. Nos seis meses de 2014, a variação dos gastos não gerenciáveis totaliza R\$ 154 mil entre os períodos.

Os **Gastos Gerenciáveis**, compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas, provisões para contingências e devedores duvidosos tiveram um aumento de 6.1% entre os trimestres em função, principalmente, do aumento da rubrica de serviços de meio ambiente. No primeiro semestre de 2014 o aumento totalizou R\$ 2.5 milhões frente ao primeiro semestre de 2013, devido aos gastos de serviços de conservação e reparo do sistema elétrico e meio ambiente.

No 2T14, o EBITDA atingiu R\$ 44.0 milhões, aumento de 3.9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Nos primeiros seis meses de 2014, o EBITDA atingiu R\$ 86.9 milhões, aumento de 1.9% em relação ao ano anterior. A variação positiva oriunda da receita líquida foi impactada negativamente pelos maiores gastos gerenciáveis ocorridos em ambos os períodos analisados.

O **Resultado Financeiro** líquido no 2T14 foi negativo em R\$ 823 mil, 86.2% inferior ao 2T13. No acumulado do ano, o resultado financeiro líquido totalizou negativos R\$ 12.1 milhões, redução de 7.2% frente ao mesmo período do ano anterior. No trimestre, a variação é explicada, na sua maioria, pelos seguintes fatores:

- (i) +R\$ 2.3 MM em virtude do reconhecimento dos dividendos adicionais das ações preferenciais classes "A", "B" e "C" (CPC 39) no 2T13, fato que não ocorreu no 2T14;
- (ii) +R\$ 1.4 MM referente ao complemento do Ajuste a Valor Presente (AVP) das ações preferências entre os trimestres;
- (iii) +R\$ 0.5 MM pela menor atualização monetária uso do bem público entre os períodos;
- (iv) +R\$ 0.8 MM referente ao maior rendimento de aplicações financeiras em função do maior saldo de caixa;

Nos seis primeiros meses de 2014, o resultado financeiro líquido totalizou R\$ 12.1 MM, redução de 7.2% em relação aos seis meses acumulados de 2013.

No 2T14, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 22.7 milhões, 26.7% superior ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, o **Lucro Líquido** totalizou R\$ 37.4 milhões com aumento de 4.2% frente ao acumulado do ano de 2013.

ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta totalizou R\$ 99.0 milhões em 30 de junho de 2014, composta na sua totalidade pelo ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificados como encargos de dívidas.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO	6M14	1T14	var.%	6M14	12M13	var.%
Dívida bruta	98,969	97,344	1.67%	98,969	87,711	12.84%
(-) Disponibilidades	-90,451	-49,736	81.86%	-90,451	-22,660	299.17%
(=) Dívida Líquida	8,518	47,608	-82.11%	8,518	65,051	-86.91%

A dívida líquida, considerando o valor de R\$ 90.4 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 8.5 milhões em 30 de junho de 2014, decréscimo de 82.1% em relação ao 1T14 e, 86.9% em relação a 31 de dezembro de 2013. Essa redução deve-se a maior geração de caixa no período.

A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o período do 2T14 em 0,05 vezes frente a 0,36 vezes em relação ao 2T13.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2014	31/12/2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	90.451	22.660
Rendas a receber	5	18.425	17.624
Concessionárias	4	559	683
Impostos e contribuições sociais	6	2.788	8.492
Estoques		4.308	4.160
Despesas pagas antecipadamente		558	
Outros créditos		1	15
		<u>117.090</u>	<u>53.634</u>
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados		461	451
Outros créditos			2
		<u>461</u>	<u>453</u>
Imobilizado	9	1.240.776	1.256.876
Intangível	10	24.977	25.390
		<u>1.265.753</u>	<u>1.282.266</u>
Total do ativo		<u>1.383.304</u>	<u>1.336.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2014	31/12/2013
Circulante			
Fornecedores		1.562	3.708
Impostos e contribuições sociais	6	14.517	9.803
Dividendos	11	64.276	38.167
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	21.014	10.637
Benefícios pós-emprego	13	37	37
Obrigações estimadas com pessoal		1.743	1.988
Encargos regulamentares e setoriais	14	1.006	559
Uso do bem público	15	4.131	4.057
Provisões	16	3.145	4.339
Outras contas a pagar		386	426
		<u>111.817</u>	<u>73.721</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	9.467	13.418
Empréstimos e financiamentos	12	77.955	77.073
Benefícios pós-emprego	13	774	698
Partes relacionadas	8	98	86
Encargos regulamentares e setoriais	14		368
Uso do bem público	15	40.974	40.861
Provisões	16	14.676	13.914
		<u>143.944</u>	<u>146.418</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	17.1	804.459	804.459
Reservas de capital	17.3	14.473	14.473
Reservas de lucros	17.3	271.123	297.232
Outros resultados abrangentes	17.3	51	50
Lucros acumulados		37.437	
		<u>1.127.543</u>	<u>1.116.214</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.383.304</u>	<u>1.336.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
(Em milhares de reais)

Notas Explicativas

	Nota	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2013 à 30/06/2013
Receitas	18	51.188	102.471	49.064	98.192
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo do serviço de energia elétrica	19				
Energia elétrica comprada para revenda		(191)	(266)	(108)	(121)
Encargos de uso da rede elétrica		(348)	(691)	(346)	(700)
		<u>(539)</u>	<u>(957)</u>	<u>(454)</u>	<u>(821)</u>
Custo de operação	19				
Pessoal		(1.351)	(2.947)	(1.389)	(2.547)
Materiais e serviços de terceiros		(669)	(2.440)	(869)	(1.425)
Depreciações e amortizações		(9.099)	(18.223)	(9.144)	(18.290)
Outros custos de operação		(19)	(36)	(12)	(48)
		<u>(11.138)</u>	<u>(23.646)</u>	<u>(11.414)</u>	<u>(22.310)</u>
		<u>(11.677)</u>	<u>(24.603)</u>	<u>(11.868)</u>	<u>(23.131)</u>
		39.511	77.868	37.196	75.061
Lucro bruto					
Despesas e Receitas operacionais	19				
Despesas com vendas		16	16	11	11
Despesas gerais e administrativas		(4.596)	(9.119)	(4.473)	(7.977)
Depreciações e amortizações		(104)	(199)	(124)	(245)
Outras despesas e receitas operacionais		(58)	(86)	437	(144)
		<u>(4.742)</u>	<u>(9.388)</u>	<u>(4.149)</u>	<u>(8.355)</u>
		34.769	68.480	33.047	66.706
Resultado antes de resultado financeiro e tributos					
Resultado financeiro	20				
Receitas financeiras		1.514	2.286	605	678
Despesas financeiras		(2.337)	(14.379)	(6.548)	(13.708)
		<u>(823)</u>	<u>(12.093)</u>	<u>(5.943)</u>	<u>(13.030)</u>
		33.946	56.387	27.104	53.676
Resultado antes dos tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes		(11.621)	(22.901)	(11.059)	(22.325)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		341	3.951	1.851	4.593
	21	<u>(11.280)</u>	<u>(18.950)</u>	<u>(9.208)</u>	<u>(17.732)</u>
		22.666	37.437	17.896	35.944
Resultado líquido do período					
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico por ação (Reais / Ação)	22				
ON		0,01474	0,02435	0,01164	0,02338
PNR		0,00937	0,01547	0,00740	0,01485
PNA		0,00060	0,00099	0,00047	0,00095
PNB		0,00019	0,00031	0,00015	0,00030
PNC		0,00393	0,00649	0,00310	0,00623
Resultado diluído por ação (Reais / Ação)	22				
ON		0,01474	0,02435	0,01164	0,02338
PNR		0,00937	0,01547	0,00740	0,01485
PNA		0,00060	0,00099	0,00047	0,00095
PNB		0,00019	0,00031	0,00015	0,00030
PNC		0,00393	0,00649	0,00310	0,00623

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de reais)

	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2013 à 30/06/2013
Resultado líquido do período	22.666	37.437	17.896	35.944
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	1	1	3	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(1)	(1)
Resultado abrangente do período	22.667	37.438	17.898	35.946

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	2014	2013
		Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.387	53.676
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(16)	(11)
Depreciações e amortizações	18.442	18.535
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	26	37
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.017	4.610
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	2.106	1.955
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	77	106
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	587	966
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	(936)	(535)
Ajuste a valor presente	3.242	6.347
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	440	899
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(1)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(359)	(13)
	<u>88.013</u>	<u>86.571</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	140	(15)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(415)	(449)
Estoques	(148)	21
Cauções e depósitos vinculados	(10)	190
Despesas pagas antecipadamente	(558)	(385)
Rendas a receber	(801)	5.155
Outros ativos operacionais	16	30
	<u>(1.776)</u>	<u>4.547</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(2.146)	(2.899)
Outros tributos e contribuições sociais	(4.139)	(9.113)
Benefícios pós-emprego		4
Obrigações estimadas com pessoal	(245)	(1.063)
Encargos regulamentares e setoriais	(361)	(563)
Provisões	(83)	(179)
Uso do bem público	(1.919)	(1.814)
Outros passivos operacionais	(40)	136
	<u>(8.933)</u>	<u>(15.491)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>77.304</u>	<u>75.627</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.570)	(19.286)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>69.734</u>	<u>56.341</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(1.955)	(2.027)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(1.955)</u>	<u>(2.027)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	12	(399)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades financiamento	<u>12</u>	<u>(400)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>67.791</u>	<u>53.914</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	90.451	59.937
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	22.660	6.023
	<u>67.791</u>	<u>53.914</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
804.459	14.473	290.607	-	-	1.109.539
		254	(254)	(268)	(268)
804.459	14.473	290.861	(254)	(268)	1.109.271
		(31.751)		35.944	(31.751)
			3		3
			(1)		(1)
804.459	14.473	259.110	(252)	35.676	1.113.466

Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
804.459	14.473	297.232	50	-	1.116.214
		(26.109)		37.437	(26.109)
			1		1
804.459	14.473	271.123	51	37.437	1.127.543

PÁGINA: 21 de 45

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Geração do valor adicionado	116.028	111.321
Receita operacional	114.050	109.283
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	16	11
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.943	2.027
Outras receitas	19	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(11.816)	(9.728)
Custos da energia comprada	(293)	(125)
Encargos de uso da rede elétrica	(761)	(771)
Materiais	(2.339)	(743)
Serviços de terceiros	(7.159)	(6.487)
Outros custos operacionais	(1.264)	(1.602)
Valor adicionado bruto	104.212	101.593
Retenções		
Depreciações e amortizações	(18.442)	(18.585)
Valor adicionado líquido produzido	85.770	83.008
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.286	678
Valor adicionado total a distribuir	88.056	83.686
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	4.073	3.506
Benefícios	812	758
FGTS	296	295
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	30.865	29.179
Estaduais	24	85
Municipais		49
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	14.379	13.708
Aluguéis	170	162
	50.619	47.742
Lucros retidos	37.437	35.944
	88.056	83.686

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A., com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão).

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

1.1.1 Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público, objeto do Contrato de Concessão, a Companhia recolhe à União, desde a entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.045, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão (Nota 15).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria (Nota 14.1).

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias em 29 de julho de 2014.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2013.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2013. Consequentemente, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais publicadas em 26 de fevereiro de 2014. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da Nota	Título da Nota explicativa	Justificativa
2.2	Resumo das principais práticas contábeis	(a)
2.3	Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas	(a)
10	Estoques	(b)
11	Cauções e depósitos vinculados	(b)
14	Fornecedores	(b)
20	Obrigações estimadas com pessoal	(b)
31	Cobertura de Seguros	(b)
32	Meio Ambiente	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2013.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30 de junho de 2014 considerados imateriais pela Administração da Companhia

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.1.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Reclassificações dos períodos anteriores

2.2.1 Demonstração do fluxo de caixa

Reclassificação da rubrica de Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária no valor de R\$884, anteriormente alocadas em Encargos regulamentares e setoriais, referente a apresentação líquida de ativos e passivos dos serviços em cursos relativos à P&D conforme requerido pelo CPC 26 (R1) e alocação da rubrica de Uso de bem público no valor de R\$1.814, anteriormente classificada como atividade de investimento para atividade operacional.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento	7.008	12.507
Aplicações financeiras - renda fixa	83.443	10.153
Total	90.451	22.660

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures remunerados a taxas que variam de 93,00% a 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.

4 Concessionárias

	Saldos vincendos	Total	Saldo líquido em	
			30/06/2014	31/12/2013
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	509	509	509	528
Energia de curto prazo	-	-	-	106
Encargos de uso da rede elétrica	50	50	50	49
Total Circulante	559	559	559	683

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.

5 Rendas a receber

	30/06/2014	31/12/2013
Lajeado Energia	13.450	12.866
Paulista Lajeado Energia	1.290	1.233
CEB Lajeado	3.685	3.525
	18.425	17.624

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado, sendo Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 8).

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamen- tos	Compensaçã o de tributos	Transfe- rência	Saldo em 30/06/2014
Ativo - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	8.048		359	7.570	(3.442)	(9.963)	2.572
PIS e COFINS	-	207				(207)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	436	208				(436)	208
Outros	8						8
Total	8.492	415	359	7.570	(3.442)	(10.606)	2.788
Circulante	8.492						2.788
Total	8.492						2.788
	Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Compensaçã o de tributos	Transfe- rência	Saldo em 30/06/2014
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	-	22.901				(10.399)	12.502
ICMS sobre diferencial de alíquota	12	237		(249)			-
PIS e COFINS	1.546	10.554		(6.731)	(3.442)	(207)	1.720
ISS	66	62		(126)			2
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	20	243		(247)			16
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	22	56		(60)			18
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.701			(7.701)			-
Encargos com pessoal	436	1.362		(1.539)			259
Total	9.803	35.415	-	(16.653)	(3.442)	(10.606)	14.517
Circulante	9.803						14.517
Total	9.803						14.517

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo passivo de R\$9.467 está apresentado líquido considerando a existência de créditos fiscais diferidos no valor de R\$13.209, incidentes sobre diferenças temporárias, sobre as quais foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Passivo Não Circulante			Resultado	
		30/06/2014			2014	2013
		IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças Temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				-	(5)	23
Benefício pós-emprego		(201)	(72)	(273)	(246)	35
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(1.232)	(443)	(1.675)	191	781
Total diferenças temporárias		(1.433)	(515)	(1.948)	213	839
Diferenças Temporárias - RTT						
Licenças ambientais - CPC 25		2.082	749	2.831	(262)	(126)
Uso do bem público - CPC 25		(8.280)	(2.981)	(11.261)	174	158
Instrumentos financeiros - CPC 39	7.1.1	14.592	5.253	19.845	3.826	3.722
Total diferenças temporárias - RTT		8.394	3.021	11.415	3.738	3.754
Total Passivo Diferido		6.961	2.506	9.467		
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos					3.951	4.593

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos no montante de R\$3.951, foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do período.

7.1.1 Instrumentos financeiros - CPC 39

As diferenças temporárias provenientes de Instrumentos financeiros - CPC 39, referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 12).

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

			Ativo		Passivo		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
			Circulante		Não circulante		Resultado Operacional	
Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	2014	2013
Concessionárias								
Suprimento de energia elétrica								
EDP Bandeirante	143,1	01/08/2002 a 15/12/2032	150	154			883	871
EDP Bandeirante	143,1	01/08/2005 a 15/12/2023	4	4			25	24
			154	158	-	-	908	895
Rendas a receber (Nota 5)								
Arrendamento UHE Lajeado								
Lajeado Energia			13.450	12.866			73.238	70.055
CEB Lajeado		15/01/1998 a 15/01/2033	3.685	3.525			20.065	19.193
Paulista Lajeado			1.290	1.233			7.023	6.718
			18.425	17.624	-	-	100.326	95.966
Partes relacionadas								
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos								
EDP - Energias do Brasil		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL			59	67	(334)	(486)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel								
EDP - Energias do Brasil		01/01/2011 a 31/12/2014			22	19	(125)	(61)
Prestação de serviços de consultoria ambiental								
Energest		29/09/2011 a 28/09/2014			17		(107)	(139)
			-	-	98	86	(566)	(686)
			18.579	17.782	98	86	100.668	96.175

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte por meio do *timesheet*.

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

Atualmente, a ANEEL está analisando o tema compartilhamento de recursos humanos no âmbito da Consulta Pública nº 12/2013, cujo período de contribuições encerrou-se em 31 de dezembro de 2013. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho nº 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as seguintes empresas: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Serra - ES tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratante a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID e EDP Renováveis; (iii) Escritório em Campo Grande - MS tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal. Estes contratos tem vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011.

As alterações nos percentuais de rateio são submetidas anualmente à anuência prévia da ANEEL.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 24.2).

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

8.2 Remuneração dos administradores

8.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao 1º semestre findo em 30 de junho de 2014:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa: 100%

8.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no 1º semestre findo em 30 de junho de 2014 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	1 (*)	2 (**)	5 (***)	8
Remuneração fixa (em R\$)	40.313	194.523	59.156	293.992
Salário ou pró-labore	31.668	152.807	46.470	230.945
Encargos sociais	8.645	41.716	12.686	63.047

(*) Das 3 posições do Conselho de Administração, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é até R\$100.000,00 para o período de abril de 2014 a março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2014.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$350.000,00, para o período de abril de 2014 até março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2014.

(***) Todos os 5 membros do Conselho Fiscal são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é de até R\$108.000,00 para o período de abril de 2014 até março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2014.

8.2.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente ao 1º semestre findo em 30 de junho de 2014 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1	2	5
Valor da maior remuneração individual	40.313	113.867	13.978
Valor da menor remuneração individual	40.313	18.978	11.457
Valor médio da remuneração individual	40.313	97.262	11.831

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Imobilizado

	30/06/2014				31/12/2013			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	685.033	(158.803)	526.230	2,00	684.269	(151.985)	532.284
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,23	332.585	(93.243)	239.342	3,22	332.236	(89.516)	242.720
Máquinas e equipamentos	4,53	400.882	(126.556)	274.326	4,51	405.408	(128.975)	276.433
Veículos	14,29	880	(783)	97	14,29	839	(775)	64
Móveis e utensílios	6,25	6		6	6,25			-
		1.533.896	(379.385)	1.154.511		1.537.262	(371.251)	1.166.011
Sistema de transmissão associada								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.328	(4.052)	4.276	3,33	8.328	(3.913)	4.415
Máquinas e equipamentos	3,40	72.883	(25.894)	46.989	3,40	72.883	(24.661)	48.222
		81.211	(29.946)	51.265		81.211	(28.574)	52.637
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,65	656	(306)	350	10,34	439	(273)	166
Veículos	14,29	675	(370)	305	14,29	677	(323)	354
Móveis e utensílios	6,25	395	(262)	133	6,25	389	(245)	144
		1.726	(936)	788		1.505	(841)	664
Total do Imobilizado em serviço		1.616.833	(410.269)	1.206.564		1.619.978	(400.666)	1.219.312
Imobilizado em curso								
Geração				-				-
Terrenos (Nota 16.1.1.2)		14.305		14.305		14.305		14.305
Outros		19.907		19.907		23.259		23.259
Total do Imobilizado em curso		34.212	-	34.212		37.564	-	37.564
Total do Imobilizado		1.651.045	(410.269)	1.240.776		1.657.542	(400.666)	1.256.876

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2013	Ingressos	Transferên- cia para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ção	Valor líquido 30/06/2014
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	532.284		764	(6.817)	(1)		526.230
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.135		350	(3.867)			243.618
Máquinas e equipamentos	324.821		4.140	(7.295)		(1)	321.665
Veículos	418		40	(56)			402
Móveis e utensílios	144		5	(11)		1	139
Total do Imobilizado em serviço	1.219.312	-	5.299	(18.046)	(1)	-	1.206.564
Total do Imobilizado em curso	37.564	1.950	(5.299)		(3)		34.212
Total do Imobilizado	1.256.876	1.950	-	(18.046)	(4)	-	1.240.776

Para o período findo em 30 de junho de 2014 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 30 de junho de 2014, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de proceder o teste de recuperabilidade dos ativos pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Intangível

	30/06/2014				31/12/2013			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(8.152)	11.985	3,22	20.137	(7.828)	12.309
		20.137	(8.152)	11.985		20.137	(7.828)	12.309
Sistema de transmissão associada								
Servidão permanente		111		111		111		111
		111	-	111		111	-	111
Administração								
Software	20,00	1.629	(1.209)	420	20,00	1.441	(1.136)	305
		1.629	(1.209)	420		1.441	(1.136)	305
Total do Intangível em Serviço		21.877	(9.361)	12.516		21.689	(8.964)	12.725
Intangível em curso								
Geração		12.454		12.454		12.510		12.510
Administração		7		7		155		155
Total do Intangível em Curso		12.461	-	12.461		12.665	-	12.665
Total do Intangível		34.338	(9.361)	24.977		34.354	(8.964)	25.390

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2013	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortiza- ções	Baixas	Valor líquido 30/06/2014
Intangível em serviço						
Software	305		188	(73)		420
Servidão permanente	111					111
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.309			(323)	(1)	11.985
Intangível em curso						-
Outros Intangíveis em curso	12.665	5	(188)		(21)	12.461
Total do Intangível	25.390	5	-	(396)	(22)	24.977

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de conexão e de transmissão associadas à geração de energia da Companhia, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes, não são amortizadas.

Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.461, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo e homologado junto à ANEEL. Os estudos de engenharia foram entregues à ANEEL e os estudos ambientais estão aguardando a autorização dos órgãos competentes, para a liberação da área impactada pelo empreendimento, para realização do levantamento relativo à população indígena.

11 Dividendos

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09 de abril de 2014, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 com distribuição de dividendos no valor de R\$26.109 aos acionistas detentores de ações ordinárias, dividendos no valor de R\$8.017 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", JSCP no valor de R\$41.811 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R" e JSCP no valor de R\$12.067 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C" a serem pagos, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2014.

	Passivo		
	31/12/2013	Adições	30/06/2014
Lajeado Energia S.A.	25.943	19.060	45.003
CEB Lajeado S.A.	7.108	5.222	12.330
Paulista Lajeado Energia S.A.	2.488	1.827	4.315
Acionistas não controladores	2.628		2.628
Total	38.167	26.109	64.276

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
 12.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

				30/06/2014				31/12/2013			
				Encargos		Principal		Encargos		Principal	
Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento		Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional											
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis A, B e C	8,70% a.a.	Dividendos anuais e pagamento do principal	21.014	44.336	33.619	98.969	10.637	44.828	32.245	87.710
Total				21.014	44.336	33.619	98.969	10.637	44.828	32.245	87.710

A forma de realização das dívidas é ao custo.
 Para maiores informações a respeito das garantias, vide nota 24.2.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período

	Valor líquido em 31/12/2013	Juros provisio- nados	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 30/06/2014
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas					
Juros	10.637	8.017	2.360		21.014
	<u>10.637</u>	<u>8.017</u>	<u>2.360</u>	<u>-</u>	<u>21.014</u>
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas					
Principal	32.245			1.374	33.619
Juros	44.828		(2.360)	1.868	44.336
	<u>77.073</u>	<u>-</u>	<u>(2.360)</u>	<u>3.242</u>	<u>77.955</u>

Os juros provisionados no valor de R\$8.017 referem-se aos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia.

12.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Tipo de Moeda
	Nacional
Circulante	
2014	21.014
	<u>21.014</u>
Não circulante	
2015	4.342
2016	3.995
2017	3.675
2018	3.381
2019	3.110
2020 até 2024	12.193
2025 até 2029	8.034
2030 até 2033	<u>39.225</u>
	<u>77.955</u>
Total	<u>98.969</u>

13 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Assistência médica e seguro de vida	29	29	774	698
Previdência Privada	2	2		
Previdência Privada - EnerPrev	6	6		
	<u>37</u>	<u>37</u>	<u>774</u>	<u>698</u>

13.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e a Companhia administra um plano PGDL, este contratado por meio do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$59 (R\$43 em 30 de junho de 2013).

Esse plano tem a adesão de 35 colaboradores.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

A avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2014 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido. Segue abaixo a movimentação para este plano no período:

	2014		2013	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(727)	(727)	(976)	(976)
Custo do serviço corrente	(34)	(34)	(122)	(122)
Custo dos juros	(43)	(43)	(90)	(90)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	1	1	461	461
Saldo final reconhecido	(803)	(803)	(727)	(727)

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado e ganhos e perdas atuariais reconhecida em outros resultados abrangente em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	30/06/2014	30/06/2013
Custo do serviço		
Custo do serviço corrente	35	61
Custo dos juros	43	45
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	78	106
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido		
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(1)	(3)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(1)	(3)
Total	77	103

14 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2013	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferências	Saldo em 30/06/2014
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		41	154		(165)		30
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	14.1	885	1.025	30	(607)	(358)	975
Taxa de fiscalização - ANEEL		1	8		(8)		1
Total		927	1.187	30	(780)	(358)	1.006
Circulante		559					1.006
Não circulante		368					
Total		927					1.006

14.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os valores das obrigações a serem aplicados no programa de P&D registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. O programa de P&D é regulamentado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo líquido em 30 de junho de 2014 no montante de R\$975 (R\$885 em 31 de dezembro de 2013) contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes ao programa.

15 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

Em 30 de junho de 2014 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido, no período, pendências de pagamento.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo intangível (Nota 10) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e, para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38.

Segue abaixo movimentação no período:

	Saldos em 31/12/2013	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferências	Saldo em 30/06/2014
Circulante						
Uso do bem público	4.057	(2)	76	(1.919)	1.919	4.131
	4.057	(2)	76	(1.919)	1.919	4.131
Não Circulante						
Uso do bem público	40.861	391	1.641	-	(1.919)	40.974
	40.861	391	1.641	-	(1.919)	40.974

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 Provisões

Nota	Circulante		Não circulante	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1		8.473	7.969
Licenças ambientais	16.2	3.145	6.203	5.945
Total		3.145	14.676	13.914

16.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo						Ativo	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas		Atualizações Monetárias	Depósito Judicial	
				Pagamentos	Reversões		30/06/2014	31/12/2013
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	68				5	73	373
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	6.401	2	(83)	(71)	651	6.900	31
Outros		1.500					1.500	
Total		7.969	2	(83)	(71)	656	8.473	404
Não circulante		7.969					8.473	404
Total		7.969					8.473	404

16.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

16.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Terrenos (Nota 9).

16.1.1.3 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas diversas ações judiciais que encontram-se em andamento.

16.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Instâncias	30/06/2014	31/12/2013	Ativo	
				Depósito Judicial	
				30/06/2014	31/12/2013
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	526	75	46	35
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	97.952	88.590		1
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	2.339	2.286	5	
Total		100.817	90.951	51	36

16.1.2.1 Cíveis

Indenizações

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se a ações descritas na nota 16.1.1.2 - Indenizações, no montante de R\$97.376 em 30 de junho de 2014 (R\$88.070 em 31 de dezembro de 2013).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Entre 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em tramite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013. Esta liminar está vigente até a presente data.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 30 de junho de 2014 é de R\$91 (R\$91 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreu em contrapartida do Imobilizado, pelos tais estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

	Saldo em 31/12/2013	Realizações	Atualização Monetária	Saldo em 30/06/2014
Circulante				
Licenças ambientais	4.339	(1.194)		3.145
Não Circulante				
Licenças ambientais	5.945		258	6.203
Total	10.284	(1.194)	258	9.348

17 Patrimônio Líquido**17.1 Capital social**

De acordo com Estatuto Social, o capital social em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$961.794. Para fins de demonstrações financeiras, o capital social apresentado pela Companhia em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 30 de junho de 2014 de R\$157.335 (R\$157.335 em 31 de dezembro de 2013) é correspondente às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". Devido à suas características, essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e ajustadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39 (notas 12 e 23.2.1). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

A composição do capital social em 30 de junho de 2014 segue conforme demonstrado a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2013:

	30/06/2014											
	Em milhares de ações											
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNR"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNA"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNB"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNC"	% Participa- ção	Total	% Participa- ção
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada período serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

a) 5% da Reserva legal, que não excederá 20% do Capital social;

b) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;

c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;

d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em períodos anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em períodos anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;

f) no período em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do período, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e

g) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

17.3 Reservas

Nota	30/06/2014	31/12/2013
Reservas de capital		
Ágio na emissão de ações	14.473	14.473
	14.473	14.473
Outros resultados abrangentes		
(Perda) / Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	77	76
IRPJ/CSLL Diferido	(26)	(26)
	51	50
Reservas de lucros		
Legal	30.690	30.690
Retenção de lucros	11 145.864	137.848
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	94.569	94.569
Dividendo adicional proposto	11	34.125
	271.123	297.232
Total	285.647	311.755

18 Receitas

	Movimentação do Período				Acumulado no Período			
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
	01/04/2014 à 30/06/2014	01/04/2013 à 30/06/2013	01/04/2014 à 30/06/2014	01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013
Suprimento de Energia elétrica	10.259	10.782	1.494	1.532	20.756	21.993	3.021	3.037
Energia de curto prazo			51	35			173	170
	10.259	10.782	1.545	1.567	20.756	21.993	3.194	3.207
Receitas com operações de energia elétrica	10.259	10.782	1.545	1.567	20.756	21.993	3.194	3.207
Arrendamentos e aluguéis			55.276	52.873			110.552	105.747
Outras receitas operacionais			154	166			304	329
Receita operacional bruta	10.259	10.782	56.975	54.606	20.756	21.993	114.050	109.283
(-) Deduções à receita operacional			(5.787)	(5.542)			(11.579)	(11.091)
PIS/COFINS			(5.275)	(5.051)			(10.554)	(10.109)
P&D			(512)	(491)			(1.025)	(982)
Receitas	10.259	10.782	51.188	49.064	20.756	21.993	102.471	98.192

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas
 Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Gastos operacionais

Movimentação do Período						
01/04/2014 à 30/06/2014						01/04/2013 à 30/06/2013
Custo do serviço		Despesas operacionais				
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda					-	-
Moeda nacional	191				191	108
Encargos de uso da rede elétrica	348				348	346
Taxa de fiscalização				4	4	5
Compensações financeiras				61	61	61
	539	-	-	65	604	520
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	1.351		1.414		2.765	2.660
Material	172		24		196	294
Serviços de terceiros	497		2.687		3.184	2.929
Depreciação	8.929		73		9.002	9.066
Amortização	170		31		201	202
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas		(16)			(16)	(11)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					-	(71)
Aluguéis e arrendamentos			93		93	51
Outras	19		378	(7)	390	377
	-	11.138	(16)	4.700	(7)	15.815
Total	539	11.138	(16)	4.700	58	16.419
Acumulado do Período						
01/01/2014 à 30/06/2014						01/01/2013 à 30/06/2013
Custo do serviço		Despesas operacionais				
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda					-	-
Moeda nacional	266				266	121
Encargos de uso da rede elétrica	691				691	700
Taxa de fiscalização				8	8	9
Compensações financeiras				154	154	135
	957	-	-	162	1.119	965
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	2.947		2.829		5.776	4.887
Material	353		89		442	448
Serviços de terceiros	2.087		5.143		7.230	5.251
Depreciação	17.883		143		18.026	18.133
Amortização	340		56		396	402
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas		(16)			(16)	(11)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				(69)	(69)	432
Aluguéis e arrendamentos			165		165	150
Outras	36		893	(7)	922	829
	-	23.646	(16)	9.318	(76)	32.872
Total	957	23.646	(16)	9.318	86	33.991

20 Resultado financeiro

Nota	Movimentação do Período		Acumulado no Período	
	01/04/2014 à 30/06/2014	01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e cauções	1.339	500	1.718	517
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	136	13	359	13
Ajuste a valor presente uso do bem público	(79)			
Descontos obtidos	3	2	3	2
Outras receitas financeiras	115	90	206	146
	1.514	605	2.286	678
Despesas financeiras				
Juros e multa sobre impostos		7		
Encargos de dívidas	12.2	(2.302)	(8.017)	(4.610)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(7)	(4)	(7)
Atualização monetária de licenças ambientais		(56)	(258)	(164)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	12.2	(2.972)	(3.242)	(6.347)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(247)	(656)	(534)
Atualização monetária uso do bem público	15	(476)	(1.717)	(1.201)
Ajuste a valor presente uso do bem público	15	(389)	(389)	(754)
Benefícios pós-emprego		(25)	(47)	(50)
Outras despesas financeiras		(34)	(49)	(41)
	(2.337)	(6.548)	(14.379)	(13.708)
	(823)	(5.943)	(12.093)	(13.030)

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21 Imposto de renda e contribuição social

	Movimentação do Período				Acumulado no Período			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01/04/2014 à 30/06/2014	01/04/2013 à 30/06/2013	01/04/2014 à 30/06/2014	01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013
Lucro antes do IRPJ e CSLL	33.946	27.104	33.946	27.104	56.387	53.676	56.387	53.676
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(8.487)	(6.776)	(3.055)	(2.439)	(14.097)	(13.419)	(5.075)	(4.831)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações					(25)		(9)	
Gratificações a administradores	(9)		(3)	1	(18)	(4)	(6)	(1)
Ajustes na DIPJ referente período social anterior	251		17	1	251	375	17	136
Adicional IRPJ	6	5			12	12		
Despesa de IRPJ e CSLL	(8.239)	(6.771)	(3.041)	(2.437)	(13.877)	(13.036)	(5.073)	(4.696)
Alíquota Efetiva	24,27%	24,98%	8,96%	8,99%	24,61%	24,29%	9,00%	8,75%

22 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No período de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2013 à 30/06/2013
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	22.666	37.437	17.896	35.944
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	786.406	786.406	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,02882	0,04761	0,02276	0,04571
ON	0,01474	0,02435	0,01164	0,02338
PNR	0,00937	0,01547	0,00740	0,01485
PNA	0,00060	0,00099	0,00047	0,00095
PNB	0,00019	0,00031	0,00015	0,00030
PNC	0,00393	0,00649	0,00310	0,00623

23 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros.

23.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

23.2 Classificação dos instrumentos financeiros

				30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
	Nota	Categoria	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	7.008	12.507	7.008	12.507
Caixa e equivalentes de caixa	3	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	83.443	10.153	83.443	10.153
Concessionárias	4	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	559	683	559	683
Rendas a receber	5	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	18.425	17.624	18.425	17.624
				109.435	40.967	109.435	40.967
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores		Outros ao custo amortizado	Nível 2	1.562	3.708	1.562	3.708
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	21.014	10.637	21.014	10.637
Uso do bem público	15	Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.131	4.057	4.131	4.057
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	77.955	77.073	77.955	77.073
Partes relacionadas	8	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	98	86	98	86
Uso do bem público	15	Outros ao custo amortizado	Nível 2	40.974	40.861	40.974	40.861
				145.734	136.422	145.734	136.422

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.2.1 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivalem ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas que, nestes casos, o valor contábil pode diferir ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

(ii) Concessionárias e Fornecedores: têm giro constante e é composto, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado. Desta forma, o valor justo se equivale ao preço da transação.

(iii) Rendas a receber: refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou junto à controladora e às demais concessionárias do Consórcio da UHE Lajeado, CEB Lajeado e Paulista Lajeado, os ativos que compõem a UHE Lajeado. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo IPCA medido pelo IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período. É classificado como valor justo por meio do resultado uma vez que os contratos de arrendamento são atualizados com taxas observáveis disponíveis no mercado.

(iv) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Nesta categoria estão constituídas as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

(v) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

(vi) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

23.2.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no período.

23.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 30 de junho de 2014 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
				Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Operação	Risco	Até 1 ano	Provável				
Instrumentos financeiros ativos	CDI	9.849	9.849	2.462	4.925	(2.462)	(4.925)
		9.849	9.849	2.462	4.925	(2.462)	(4.925)

A curva futura do indicador financeiro CDI, está de acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O indicador CDI teve seus intervalos entre 11,25% e 9,25% a.a..

23.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionárias (Nota 4) e Rendias a receber (Nota 5). A Companhia, em 30 de junho de 2014, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias e Rendias a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

23.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendias a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24 Compromissos contratuais e Garantias

24.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2014, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	30/06/2014			
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	414	118	208	88
Obrigações de compra	29.654	17.144	11.267	1.229
	30.068	17.262	11.475	1.317

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não estão registrados nas informações contábeis intermediárias, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

24.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	30/06/2014	31/12/2013
Aval de acionista	8.112	7.907
Fiança Bancária	635	635
Garantias em recebíveis	18.444	20.354

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas notas explicativas às informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de julho de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Nós, membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base no Parecer dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e Relatório da Administração do período findo em 30 de junho de 2014, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral.

São Paulo, 28 de julho de 2014.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA
Conselheiro Efetivo

CHRISTIANO CHAGAS MONTEIRO DE MELO
Conselheiro Suplente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM 480/2009, declaram que em 29 de julho de 2014, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2014.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PETER ERIC VOLF
Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA
Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

ANDRÉA MAZZARO CARLOS DE VINCENTI
Diretora Jurídica

JOSÉ CHEREM PINTO
Diretor Vice Presidente de Controle

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO
Diretora Administrativa e Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM 480/2009, declaram que em 29 de julho de 2014, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2014, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PETER ERIC VOLF
Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA
Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

ANDRÉA MAZZARO CARLOS DE VINCENTI
Diretora Jurídica

JOSÉ CHEREM PINTO
Diretor Vice Presidente de Controle

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO
Diretora Administrativa e Financeira